

BOLETIM DE GREVE-SINTESAM

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas



RSC em disputa: minuta final traz avanços, mas mantém entraves na regulamentação

A regulamentação do **RSC-PCCTAE** segue em disputa. O comparativo preliminar elaborado pela CNSC/FASUBRA entre os encaminhamentos construídos no âmbito da comissão e o texto final apresentado pelo MEC mostra que houve avanços importantes, mas também a manutenção de pontos que podem gerar insegurança para a categoria. Entre os aspectos positivos, a representação da FASUBRA destaca a reintrodução da possibilidade de comprovação por atas, relatórios, registros e outros documentos, além da retomada da previsão de declarações em situações sem registro institucional formal, demanda que havia sido retirada e depois foi acatada. Ao mesmo tempo, permanecem problemas centrais. A exigência de pontuações em requisitos específicos para os níveis IV, V e VI foi mantida, apesar da crítica de que isso cria uma condição adicional não prevista originalmente no modelo pactuado. Para a CNSC/FASUBRA, essa exigência distorce a lógica do **Rol Único de Saberes e Competências** e impõe barreiras que não dependem apenas do esforço do servidor. Outro ponto sensível está na composição da CRSC-PCCTAE. A proposta defendida pela FASUBRA previa participação das entidades sindicais, ampliação do número de membros conforme a realidade de cada instituição e liberação parcial da carga horária dos servidores que compuserem a comissão. Nenhuma dessas demandas foi acolhida no texto final, que também manteve a indicação de membros por conselho superior ou universitário. A avaliação preliminar aponta ainda que o texto final não resolveu satisfatoriamente o tratamento dado às atividades consideradas típicas do cargo, tema que segue podendo restringir o reconhecimento de experiências relevantes da categoria.

Cronograma da Greve

	22/abr	23/abr	24/abr	27/abr	28/abr	29/abr
manhã	Assembleia de Greve	Ação de formação-Gestão de riscos ocupacionais SIASS/UFAM	Reunião do CLG - Avaliação	Reunião do CLG - Visitas às unidades	Reunião do CLG - Planejamento	Assembleia de Greve
tarde	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG

Marcha da classe trabalhadora fortalece pauta de servidores

Os técnico-administrativos em educação em greve tiveram participação expressiva na Marcha da Classe Trabalhadora, realizada em 15 de abril, em Brasília. Atendendo ao chamado do Comando Nacional de Greve da FASUBRA, mais de mil TAEs de várias partes do país se somaram à mobilização, reforçando a presença da categoria em uma agenda nacional da classe trabalhadora.

Organizada pelas principais centrais

sindicais, a marcha percorreu o trajeto entre o Teatro Nacional e o Congresso Nacional, reunindo milhares de manifestantes em defesa de direitos, valorização do trabalho e melhores condições para os servidores públicos. Paralelamente à caminhada, também foi realizado um trancaço no MGI, no momento em que ocorria audiência entre parlamentares do PSOL e a ministra Esther Dweck sobre o cumprimento integral do acordo de greve nº 11/2024.

A pressão política resultou, no mesmo dia, em uma nova reunião com uma delegação de cinco integrantes do CNG, entre eles dirigentes da FASUBRA, para tratar da pauta da greve. Já na manhã de 16 de abril, a mobilização teve continuidade com um ato unificado da Educação Federal, reunindo FASUBRA, SINASEFE e ANDES em frente ao MGI. A agenda em Brasília reafirmou que a greve segue articulada nacionalmente e que a pressão organizada continua sendo central para avançar nas negociações.

Convenção 151 avança e fortalece negociação no serviço público

A assinatura, pelo presidente Lula, do projeto que regulamenta a Convenção 151 da OIT representa um passo importante para o funcionalismo público brasileiro. A proposta estabelece bases legais para a negociação coletiva no setor público, criando instrumentos de diálogo, mediação e tratamento de conflitos entre servidores e Estado. A medida tem peso histórico porque trata de uma reivindicação antiga das entidades sindicais e amplia a segurança institucional das mesas de negociação.

Na prática, fortalece mecanismos já

retomados no atual governo, como a Mesa Nacional de Negociação Permanente, e cria melhores condições para que pautas das categorias sejam discutidas de forma regular e estruturada.

Para os servidores públicos, o avanço da Convenção 151 significa reconhecer a negociação como direito democrático e como instrumento legítimo na construção de soluções para salários, condições de trabalho e valorização profissional. O envio do projeto ao Congresso não encerra a luta, mas marca uma conquista relevante da

mobilização sindical e da pressão organizada da classe trabalhadora

A proposta também assegura instrumentos importantes para a organização sindical no serviço público, como a previsão de mesas de negociação em diferentes níveis e a possibilidade de tratamento mais estruturado das pautas das categorias. Além disso, reforça o entendimento de que conflitos entre servidores e Estado devem ser enfrentados com negociação, mediação e busca de soluções consensuais, e não com interrupção do diálogo.



FILIE-SE

(92) 99491-4508

E-MAIL: sintesam@gmail.com

SITE: sintesam.org.br

Francisco José Furtado, 09
São Francisco

@SINTESAM



SIGA A FASUBRA:

FACEBOOK.COM/FASUBRA

@FASUBRASINDICAL

10 compromissos da categoria em greve

1. Ter sempre em mente que toda a categoria está em greve, e que todos estão exercendo seus direitos.
2. A greve é um instrumento coletivo de pressão, de forma que o acatamento das deliberações da assembleia do comando de greve é fundamental para a eficácia do movimento.
3. Ter pleno conhecimento das reivindicações do movimento.
4. Participar das assembleias e eventos de mobilização.
5. Não se intimide com as pressões e ameaças que serão feitas pelo Governo, já que a greve é um direito legítimo e, durante este período, o empregador não pode impor exigências ao empregado. A relação está temporariamente suspensa.
6. Não se intimidar com eventuais ofícios ou até citações e intimações judiciais. Quando isto ocorrer, entre em contato com o comando de greve.
7. Não podem ocorrer demissões, conforme § único do art. 14 da Lei 7783/89 (Súmula 316 do STF: A SIMPLES ADESÃO À GREVE NÃO CONSTITUI FALTA GRAVE)
8. É admitido o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve.
9. É vedado às instituições adotar meios para constranger o servidor ao comparecimento no trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento. (Ex. Retirar avisos, Cartazes, Faixas).
10. Permanecermos em mobilização até a vitória!

ORIENTAÇÕES À BASE:

- A greve exige unidade, circulação de informação segura e participação ativa da categoria. Neste momento, é fundamental:
- acompanhar os informes oficiais do SINTESAM;
- participar das assembleias, atos e atividades de mobilização;
- fortalecer a comunicação com os locais de trabalho;
- denunciar pressões, assédio ou tentativas de desmobilização;
- manter a categoria informada sobre os pontos reais da pauta e os encaminhamentos da negociação.

O que avançou e o que preocupa no RSC

- Documentos comprobatórios: após pressão da CNSC/FASUBRA, o texto voltou a admitir declarações e registros complementares em casos sem formalização institucional.
- Pontuação por requisitos: foram mantidas exigências específicas para os níveis IV, V e VI, criando barreiras criticadas pela categoria.
- Comissão local: a composição da CRSC ficou sem a participação das entidades sindicais, proposta defendida pela FASUBRA.
- Critérios e anexos: apesar de ajustes e recomposições, o texto final ainda preserva limites e mudanças que podem gerar insegurança na aplicação do RSC.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A GREVE

A CHEFIA PODE IMPEDIR A PARTICIPAÇÃO NA GREVE?

Não.

A decisão de aderir ou não à greve pertence ao servidor.

Gestores não podem:

- Coagir;
- Ameaçar punições automáticas;
- Exigir presença para frustrar o movimento;
- Criar constrangimentos públicos.

A hierarquia administrativa não se sobrepõe ao direito constitucional de greve.

O QUE FAZER EM CASO DE PRESSÃO OU ASSÉDIO?

Deve ser comunicado imediatamente ao CLG: sintesam@gmail.com

ASSEMBLEIA NO IFCHS ELEGE NOVOS DELEGADOS AO CNG E REAFIRMA CONTINUIDADE DA GREVE

Realizada em espaço aberto, no hall do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da UFAM, a assembleia de greve do dia 15 de abril reforçou o caráter público da mobilização e atualizou a representação amazonense no Comando Nacional de Greve (CNG). Na ocasião, foram eleitos como novos delegados do Amazonas Nubiane dos Santos Pinon e Tiago de Souza Ribeiro. Tiago já se encontrava em Brasília em razão de sua participação na Marcha da Classe Trabalhadora. Além da eleição dos novos representantes, a assembleia debateu informes da greve e discutiu o tema do RSC, diante dos desdobramentos da regulamentação e das preocupações da categoria com o conteúdo da minuta em debate. O encontro reafirmou a importância de manter a base informada e articulada em torno das pautas centrais da mobilização. Ao final, a assembleia deliberou pela continuidade da greve por ampla maioria, registrando apenas duas abstenções. A decisão reforça a disposição da categoria em seguir mobilizada, acompanhando os rumos das negociações e fortalecendo a presença do Amazonas nos espaços nacionais de deliberação do movimento.

ABRIL VERDE: EVENTO DO SIASS MOBILIZA DEBATE SOBRE RISCOS OCUPACIONAIS NA UFAM

A programação do Abril Verde passa a integrar a agenda da comunidade universitária com a realização da V Mesa Redonda do SIASS/UFAM, marcada para o dia 23 de abril de 2026, das 8h às 12h, no Auditório da FCA, no Setor Sul do campus da UFAM. A atividade terá como tema "A importância da Gestão dos Riscos Ocupacionais no Serviço Público Federal" e propõe um espaço de reflexão sobre saúde, prevenção e condições de trabalho no âmbito das

instituições públicas. A iniciativa dialoga diretamente com questões que atravessam o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da universidade, especialmente em um contexto em que saúde no trabalho, sobrecarga e proteção institucional se tornam temas cada vez mais urgentes. As inscrições seguem abertas até 22 de abril, e a expectativa é de participação de diferentes segmentos da comunidade universitária.

GEOGRAFIA DA GREVE



53 INSTITUIÇÕES, REPRESENTADAS POR 36 ENTIDADES

Solicitações de atividades essenciais devem ser encaminhadas ao CLG-SINTESAM pelo e-mail sintesam@gmail.com

ATO NO HALL DA FCA AMPLIA VISIBILIDADE DA GREVE E DIALOGA COM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

O ato realizado no hall da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) integrou a agenda de mobilização do SINTESAM com o objetivo de ampliar a visibilidade da greve e dialogar diretamente com a comunidade universitária sobre os motivos da paralisação. Em um espaço de grande circulação no campus, a atividade reforçou que a greve dos técnico-administrativos em educação segue baseada na cobrança pelo cumprimento integral do acordo de 2024.

A ação teve caráter de conscientização e presença pública, aproximando estudantes, docentes, técnicos e demais trabalhadores da pauta da categoria. Contamos também com a participação profa. dra. Ana Lucia Silva, presidente da ADUA, reiterando o apoio à greve dos TAE. Ao ocupar um espaço estratégico da universidade, o sindicato buscou tornar mais visível que a greve não é um movimento isolado, mas parte de uma luta que envolve toda a comunidade universitária.

